

# ALSÁCIA E MARTINICA: OS CONTATOS QUE ORIGINARAM O ATUAL CENÁRIO LINGUÍSTICO FRANCÊS

## ALSACE AND MARTINIQUE: THE CONTACTS THAT ORIGINATED THE CURRENT FRENCH LINGUISTIC SCENARIO

Pedrita Mynssen Mello\*, Pierre Guisan\*\*

### RESUMO

O presente trabalho visa comparar duas formações linguísticas regionais distintas no atual território da República Francesa, considerando tanto o “Hexágono” quanto seus territórios “além-mar”. A primeira é a atual região da Alsácia, fronteira com a Alemanha, e a segunda o atual departamento ultramarino da Martinica, uma ilha localizada entre o mar do Caribe e o oceano Atlântico. Ambas as regiões preservam, em diferentes proporções e contextos, sua língua regional, sendo elas o *alsacien* e o *créole martiniquais*. Foram comparados os contatos que originaram as duas línguas apontadas com base em dados populacionais, localidade, políticas linguísticas regionais, políticas educacionais, a situação hierárquica dessas e de outras línguas existentes nessas comunidades e como se comportaram sob a política linguística nacional desde a Revolução de 1789. Ao tratar a formação dessas línguas, devemos analisar a formação do povo que a fala: a Alsácia foi formada a partir das “grandes migrações” dos povos germânicos nos séculos V e VI e dois deles ainda estão bem presentes na região assim como quatro línguas que juntas caracterizam modernamente o *alsacien*. De outro lado, temos a Martinica: a colonização francesa na ilha começou simbolicamente em 1635 e até final do século XVIII o tráfico de escravos ainda era bem marcante e afirma-se que houvesse até treze nações africanas diferentes convivendo entre si. Mesmo sendo ambas provenientes de contatos de povos, o crioulo da Martinica se encaixa perfeitamente nos critérios para ser considerada uma língua crioula, entretanto, por questões puramente extralinguísticas, o alsaciano não pode. Poderíamos ponderar a respeito da *não existência de crioulos*, mas sim de processos *históricos e culturais de criouliização*? A reflexão traz essa disparidade fundamentada em Calvet (2003, 1996); Chauderson (1989); Couto (2003, 1996); e Guisan (1998).

**Palavras-chave:** Línguas crioulas. Contatos. Identidades. Políticas linguísticas.

\* Mestranda em Estudos Linguísticos Neolatinos pelo programa de pós-graduação em Letras Neolatinas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

\*\* Professor Dr. do Departamento de Letras Neolatinas da UFRJ.

**ABSTRACT**

*This article aims to compare two distinct regional linguistic formations in the present territory of the French Republic, considering both the “Hexagon” and its overseas regions. The first one is the present region of Alsace, which borders Germany. The second one is the currently overseas department of Martinique, an island located between the Caribbean Sea and the Atlantic Ocean. Both regions preserve, in different proportions and contexts, their regional language, which are the Alsacien and the Créole Martiniquais. We have established a comparison between the contacts that gave rise to the two languages based on the population data, location, regional language policies, educational policies, the hierarchical status of these and other existing languages in these communities as well as how these aspects have behaved under the national language policy since the revolution of 1789. When dealing with these languages’ formations, we should also analyze the formation of the people who speak these languages: Alsace was formed from the “great migrations” of the Germanic peoples during the 5th and 6th centuries and two of them are still present in the region, as well as four languages which together mark the modern Alsacien. On the other hand, we have Martinique: the French colonization on the island began symbolically in 1635 and until the late 18th century the slave trade was still well marked in the region. It’s affirmed that this region has had up to thirteen different nations living with each other. Even though both languages have its origins from contacts of people, the Martinique Creole fits perfectly on the criteria to be considered a Creole language, however, for purely extra linguistics reasons, the Alsatian cannot. Could we ponder on the non-existence of Creoles, but on historical and cultural processes of creolization? This line of thought brings this disparity based on Calvet (2003, 1996), Chauderson (1989), Christian (2003, 1996) and Guisan (1998).*

**Keywords:** Creole languages. Contacts. Identities. Languages policies.

**HISTÓRICO: FRANCÊS COMO LÍNGUA NACIONAL**

Durante o feudalismo (séc. X-XIV), o poder político-militar na França e na Europa em geral era descentralizado, distribuído pelos inúmeros senhores feudais espalhados pelos territórios. Cada feudo era administrado autonomamente por um nobre que não via com relevância a diversificação linguística de seu território, contanto que sua autoridade não fosse contestada e ameaçasse a uniformidade religiosa. Todos eram seus vassallos e todos eram católicos: essas eram as características que importavam.

A Igreja Católica, órgão responsável pela homogeneização e domínio cultural, espiritual, acadêmico e artístico, utilizava o latim clássico como língua oficial, principalmente na escrita. No cotidiano, as línguas vernáculas eram utilizadas, por exemplo, na literatura popular oral. Porém, o latim não era mais a língua materna de ninguém. Mesmo durante o Império Romano, como afirma Grondeux, Dupont e Valette-Cagnac (2005), existia uma diferenciação: o latim culto, usado na administração, no judiciário e na literatura; e o falado no cotidiano, mesclado a outras línguas, como o grego. Dessa forma, percebe-se que os franceses cultos e que dominavam a escrita viviam uma situação de *diglossia*, igualmente vivida pelos romanos. De um lado, a língua materna, de outro, o latim. Sendo os dois plenamente aceitos dependendo do contexto comunicativo. Esse último levado para diversas regiões da Europa e da Ásia e sofrendo influência de outras línguas

dos povos conquistados ou integrados a sociedade romana, resulta em outras línguas “filhas”, chamadas de baixo-latim durante a Idade Média.

A partir do séc. XII os autores da França empregaram uma forma de língua bem diferente do latim, e pouco depois ela ganharia um nome. Alguns chamariam de *Roman* – posteriormente, devido a uma relação metonímica, esse nome seria atribuído à literatura que utilizava essa língua – ou de *François*. Entretanto, não acontecerá na França o que aconteceu com o latim após a queda do Império Romano do Ocidente. Na França, decidiram por definir uma língua média entre as línguas regionais, para fins comunicativos principalmente na escrita e a partir desse momento o nome “francês” se concretizou. A língua francesa encontrou nesse século os seus maiores defensores. Conhecidos como os poetas da plêiade, eles definiram uma modernização da literatura francesa e um deles particularmente, Joachim du Bellay, escreveu em 1549, *La Deffence et Illustration de la Langue Francoyse*, onde defende que o francês é uma língua tão bela quanto o latim ou grego, digna de ser escrita e usada para fins culturais e de ensino. Esse fenômeno foi o resultado de mudanças políticas, econômicas e sociais que ocorriam no séc. XVI como a transferência do poder político e militar da nobreza para o rei e o econômico para a burguesia, a revolução protestante e a invenção da tipografia, a difusão da imprensa e do mercado editorial.

Desde 1539, com o edito de *Villers-Cotterêts* do rei François I, o latim havia sido substituído pelas línguas vernáculas francesas na administração e no judiciário para que pudesse ser entendido pelas camadas baixas. Porém, é importante ressaltar que François I não impôs o francês como língua, ele decretou que questões jurídicas e administrativas deveriam ser proclamas em língua maternal francesa, o que não significa francês. Como já foi dito, o francês da norma escrita é uma língua média criada para fins comunicativos da elite, mas as línguas “minoritárias” ainda se mantinham faladas principalmente no campo. Esse fato se evidencia em 1794 quando o governo revolucionário francês começou a traduzir inúmeros documentos escritos em “língua maternal francesa”.

art. 111 à propos de la [mauvaise] compréhension des mots latins utilisés dans les arrêts, nous voulons que dorénavant tous les arrêts et autres procédures [...] de justice ou de droit, que tous ces actes soient dits, écrits et donnés aux parties en langue maternelle française, et pas autrement<sup>1</sup> (FRANÇOIS 1er, 1539, on-line).

Após a Revolução Francesa de 1789, o conceito de nação apareceu da maneira que conhecemos hoje: um povo com um passado comum se unindo dentro de um Estado para representá-lo. Segundo Laroussi (2003), existem dois casos em que um grupo “étnico” forma um Estado-Nação: no primeiro caso, o da França, “os políticos tentam reforçar a homogeneidade cultural-linguística das populações, justificando a nação, insistindo sobre essa homogeneidade, com a ideia implícita que dela resulta a unidade nacional”. No segundo caso, exemplo da Alemanha, “os nacionalistas trabalham pelo reconhecimento de sua entidade política”. Logo, toda nação é fruto de uma criação “artificial”, de certa forma, intencional. No caso da França mais especificamente, o governo revolucionário via cada vez a necessidade de fazer o sentimento popular de pertencimento a uma nação crescer, já que precisavam do povo para exercer atividades como o voto e integrar o exército. Assim, a língua passou a cumprir uma função unificadora da nação.

<sup>1</sup> [...] sobre a [horrrível] compreensão de palavras latinas utilizadas em sentenças, nós queremos que, por conseguinte todas as sentenças e outros trâmites legais [...] de justiça ou de direito, que todos esses atos sejam dits, escritos e dados em língua maternal francesa e não outra (FRANÇOIS 1er, 1539, on-line, tradução nossa).

Para os revolucionários franceses, essa nova língua representava os ideais democráticos da República Francesa, enquanto as outras línguas faladas passaram a ser associadas à monarquia do Antigo Regime. Podemos constatar essa visão com o *Rapport sur la necessite et les moyens d'anéantir le patois, d'universaliser l'usage de la langue française* do Abade Henri Grégoire, relatório levado à Constituinte Nacional em 1794. Nele, Grégoire não só defende a eliminação dos “dialetos” (*patois*) mas também a universalização do francês como meio de divulgar as ideias iluministas revolucionárias.

On peut assurer sans exageration qu'au moins six millions de Français, sur-tout dans la campagnes, ignorent la langue nationale qu'un nombre égal est à-peu-près incapable de soutenir une conversation suive, qu'en dernier resultat, le nombre de ceux qui la parlent purement n'excède pas trios millions; [sic] (GRÉGOIRE, 1794, p. 3-4, on-line).<sup>2</sup>

Neste trecho comprovamos que o francês, embora já adotado como língua nacional, não era falado por boa parte da população francesa da época. Comprovando também a artificialidade da justificativa de identidade nacional francesa com base na língua, pelo menos, na época.

Mais au moins on peut uniformer le langage d'une grande nation [...]. Cette entreprise qui ne fut pleinement executée chez aucun peuple, est digne du peuple français qui centralise toutes les branches de l'organisation sociale et qui doit être jaloux de consacrer au plutôt, dans une Republique une et indivisible, l'usage unique ici invariable de la langue de la liberte. [...] Il seroit établi des instituteurs pour enseigner notre langue dans les departemens où elle est moins connue. La voix douce de la persuasion peut accélérer l'époque où ces idiomes féodaux auront disparu [...] c'est de leur prouver que la connoissance et l'usage de la langue nationale importent à la conservation de la liberté [sic]<sup>3</sup>(GRÉGOIRE, 1794, p. 4, on-line).

Neste trecho podemos ver claramente o teor político que a imposição do francês como língua nacional tinha. Como já foi dito, o francês representava a língua dos revolucionários republicanos que segundo Grégoire, “traz a conservação da liberdade”, enquanto os *patois* representam a França feudal e antiquada. Dessa maneira, o novo Estado deve difundir a nova língua principalmente através do sistema educacional (“instrutores para ensinar nossa língua nos departamentos onde ela é menos conhecida”). O francês serviria como símbolo de unidade e igualdade dos cidadãos e as línguas regionais ameaçariam a unidade dessa nova nação.

## A ALSÁCIA

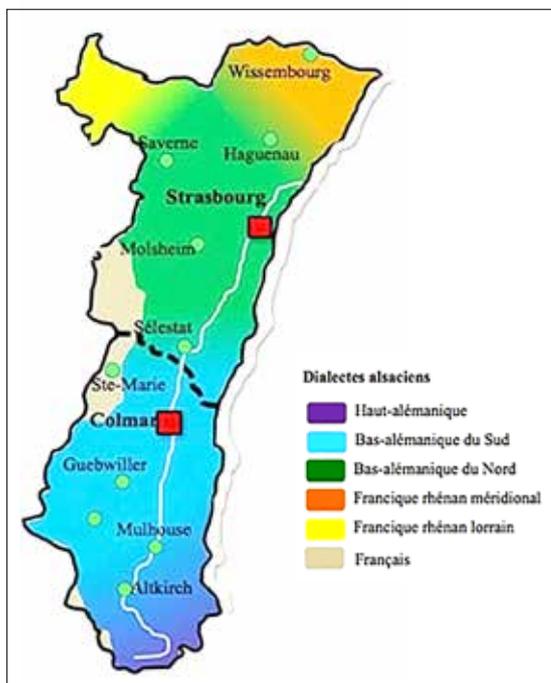
A Alsácia é atualmente uma das regiões administrativas da França, localizada a leste do país, na fronteira com a Alemanha e a Suíça; durante os últimos séculos passou a pertencer, ora à França,

<sup>2</sup> Pode-se garantir sem exagero que ao menos seis milhões de franceses sobre tudo nos campos, ignoram a língua nacional e um número igual é quase incapaz de manter uma conversa seguida, que um último resultado disso, o número daqueles que a falam puramente não excede três milhões (GRÉGOIRE, 1794, p. 3-4, on-line, tradução nossa).

<sup>3</sup> Mais ou menos, pode-se uniformizar a língua de uma grande nação [...] essa empreitada, que não foi plenamente executada com cada povo, é digna do povo francês que centraliza todos os ramos da organização social e que deve ser zeloso de dedicar antes, em uma República una e indivisível, o uso único aqui invariável da língua da liberdade. [...] serão estabelecidos instrutores para ensinar nossa língua nos departamentos onde ela é menos conhecida [...]. A voz doce da persuasão pode acelerar a época onde esses idiomas feudais terão desaparecido. [...] é provar a eles que o conhecimento e uso da língua nacional importa à conversação da liberdade (GRÉGOIRE, 1794, p. 4, on-line, tradução nossa).

ora à Alemanha. Durante a Idade Média, a Alsácia ficou sob o controle do Sacro Império Romano-Germânico e é só após a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) que essa região passaria pela primeira vez ao domínio da França. A Alsácia só voltaria a fazer parte de um Estado germânico em 1871, quando a Alemanha, em sua tentativa de criar um Estado unificado, anexou a região durante a Guerra Franco-prussiana. Porém, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a derrota da Alemanha nesse conflito, a região volta para a República Francesa. Em 1940, na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Alemanha reintegra a região ao seu governo. Logo, não apenas ocupando-a, mas anexando-a ao Terceiro Reich. Finalmente, após o fim deste último conflito, a Alsácia volta a integrar a França e assim se mantém até hoje. Após esse breve resumo da recente história da Alsácia, como fica a situação linguística dos alsacianos? Depois de séculos sob o domínio da Alemanha, imagine-se que a língua alemã exerça bastante influência. E o francês? Passou a ser falado imediatamente após a anexação e abandonado em seguida quando a conjuntura política muda novamente?

O alsaciano é o termo que engloba as línguas germânicas faladas historicamente na Alsácia, como o alemânico e o frâncico (*alemanique e francique*). Já o francês alsaciano é uma variante do francês falado na Alsácia cujas características são resultado dos contatos do francês com o alsaciano, ou então, podemos dizer, com línguas alsacianas. No mapa abaixo, podemos observar que mesmo dentro da divisão do alsaciano em frâncico e alemânico, ainda há outras subdivisões fortalecendo a ideia de que o termo alsaciano generaliza e engloba diversos falares. Outra evidência é justamente o fortalecimento do termo “alsaciano”, para reforçar a diferença político-regional na segunda metade do século XX.



Mapa 1 – O *continuum* linguístico na Alsácia<sup>4</sup>  
Fonte: © French Moments.

Em D’hauteville (1852), podemos observar o caráter positivista de sua época sobre a língua e ao mesmo tempo o normativismo que já prevalecia nesse período. O positivismo linguístico definia que apenas uma língua podia se relacionar a uma Nação. No caso alsaciano, não se aceitava que se

<sup>4</sup> Dialetos alsacianos (na ordem da legenda): alto-alemânico, baixo-alemânico do sul, baixo-alemânico do norte, frâncico renano meridional, frâncico renano loreno, francês.

falassem outra língua que não fosse francês e os traços germânicos que caracterizavam o francês alsaciano eram altamente condenáveis devido à óbvia associação com a Alemanha e a rivalidade desta nação com a França. Porém, é preciso ressaltar novamente que essa rivalidade não tem origem no revanchismo francês pós-1870, mas sim na ideologia política positivista que prevalecia na França desde a Revolução de 1789. Com relação ao normativismo, vemos através de D’hauteville (1852) uma opinião semelhante à de Grégoire (1794), segundo a qual “inovações” são corrupções ao código linguístico, prejudicando a integridade da língua nacional. Essas “inovações” seriam qualquer elemento que não fosse pré-estabelecido no conjunto de leis que é ditado pela gramática normativa, como variação na pronúncia, na sintaxe ou no léxico, sendo estes os níveis mais abordados por D’hauteville em seu manual de como falar bem francês para alsacianos.

Pode-se constatar que a empreitada dos republicanos franceses fora bem-sucedida. Através de um projeto educacional extremamente repressor e opressor – e às vezes mesmo enfático, como podemos ver no famoso slogan pós-guerra “C’est chic de parler français!”, que em poucas gerações ao longo do século XX a França obteve a uniformidade linguística, reduzindo drasticamente os falantes de línguas regionais. Em 2008, o congresso francês incluiu o artigo 75-1 na constituição afirmando que “as línguas regionais pertencem ao patrimônio da França” ao mesmo tempo que reafirmava o francês como língua da República. Apesar disso, esse artigo é um avanço histórico se considerarmos os séculos de política linguística centralizadora. Observemos os quadros a seguir:

Quadro 1 – A prática declarada de línguas na Alsácia

<b>Outra língua que não o francês</b>	<b>Número de locutores adultos na Alsácia</b>	<b>Parte de locutores na Alsácia em %</b>	<b>Parte de locutores na França em %</b>
Alsaciano	500.000	39,0	1,2
Outra língua regional da França	13.300	1,0	4,9
Alemão	208.000	16,2	1,8
Inglês	75.200	5,9	6,3
Italiano	27.600	2,2	1,8
Espanhol	15.300	1,2	2,7
Português	13.200	1,0	1,5
Turco	16.200	1,3	0,3
Árabe	29.200	2,3	2,5
Outras línguas	33.600	2,6	2,9

Fonte: (I.N.S.E.E., 2018).

Quadro 2 – Conhecimento declarado de línguas

<b>Ano</b>	<b>Dialecte</b>	<b>Français</b>	<b>Allemand</b>
1931	86,7%	52,4%	Env. 80%
1936	Env. 87%	55,6%	Env. 80%
1946	90,8%	66,5%	Env. 84%
1962	84,7%	80,7%	61,8%
1979	74,7%	-	79,7%
1986	71,7%	-	-
1989	62%	-	62%
1991	67%	-	-
1992	60%	-	-
1998	62%	-	-

Fonte: (I.N.S.E.E., 2018).

Quadro 3 – Conhecimento declarado de alsaciano em função da idade e do sexo

	Dialecte parlé couramment	Dialecte parlé de temps en temps	Dialecte compris, mais non parlé	Me parlé ni ne comprend le dialecte
ENSEMBLE	51%	11%	17%	21%
Hommes	57%	9%	19%	15%
Femmes	44%	14%	16%	26%
18 - 24 ans	22%	15%	24%	39%
25 - 34 ans	33%	11%	27%	29%
35 - 49 ans	49%	16%	13%	22%
50 - 64 ans	67%	98%	13%	12%
65 ans et plus	79%	5%	10%	6%

Fonte: (I.N.S.S.E., 2018).

No quadro 1, cujos dados foram coletados em 1999, podemos observar que 39% dos locutores com mais de dezoito anos declaram falar alsaciano, o que representa em torno de quinhentos mil indivíduos. Já no quadro 2, podemos observar que se trata de um levantamento contínuo feito em intervalos de anos. Nele, os indivíduos declararam quais línguas eles sabem falar. Dados referentes ao conhecimento do francês deixaram de ser coletados a partir de 1962, pois o órgão responsável pela pesquisa previa um conhecimento por parte de 99% dos falantes, uma vez que teriam considerado o francês a língua “legítima” da população. O quadro 2 nos mostra também que foi a partir da década de 1960 que ocorreu a queda da totalidade de falantes declarados de “dialeto” (deve-se entender “dialeto” como a concepção amalgamada dos dialetos frâncicos e alemânicos mostrada no mapa 1, ou seja, o alsaciano ou língua alsaciana). Já no quadro 3 podemos observar a queda de falantes de alsaciano em relação à idade e ao sexo. Mais homens tendem a falar mais alsaciano e mulheres menos. Com relação à idade, podemos observar que os jovens declaram falar menos ou mesmo desconhecer o alsaciano.

Um dado mais relevante a ser analisado não é apenas a queda de falantes de alsaciano, e sim a queda no número de crianças que adquirem essas línguas em casa. Essa ausência de transferência linguística natural pode indicar que o alsaciano está em processo de *morte de língua* ou *glotonásia*. Mais especificamente, o alsaciano seria uma língua *agonizante*, ou seja, não há crianças ou há poucas crianças que a falam e os últimos falantes são idosos e não têm como transmitir essa língua. Entretanto, ainda há certa preocupação, principalmente de políticos alsacianos, em manter a língua regional viva. Os militantes do alsaciano lutam por mais investimentos em matéria de ensino de língua e cultura regionais. Até o momento, a maior conquista desses militantes foi uma maior expansão do alemão *standard* nas escolas.

## MARTINICA

A Martinica, ilha situada na região das pequenas Antilhas, no Caribe, é oficialmente considerada um departamento insular francês, com habitantes de nacionalidade francesa, com a mesma moeda e sujeitos às mesmas leis. A ilha passou para o domínio francês em 1635 com a criação da *Compagnie des îles d'Amérique* pelo Cardeal Richelieu. Com o estabelecimento do *Code Noir* (decreto real de março de 1685) a escravidão de povos africanos foi instaurada no Caribe e na Louisiana – excluindo os territórios metropolitanos – e milhares de pessoas foram levadas à força do continente africano, sobretudo, do oeste africano. Devido a essa prática, até hoje a maioria da sua população é composta por negros ou mestiços descendentes dos antigos escravos, como podemos observar com a ajuda dos quadros a seguir:

Quadro 4 – População martiniquense em 1910

População Total em 1910	Negros e pardos	Branços
184.004	90%	10%

Fonte: Fauquet (1912).

Quadro 5 – População martiniquense em 1999

População total em 1999	Negros e pardos	Indo-caribenhos (“Coolies”)	Europeus/ Metropolitanos	Branços Nativos (“Békés”)	Outras
381 325	80%	10%	9%	0,5%	0,5%

Fonte: Ministère des Outre-mer (2018).

Em 1946, o parlamento francês votou pela departamentalização da Martinica e de outras regiões ultramarinas. Dessa forma, a ilha e seus habitantes se tornaram oficialmente franceses, com os mesmos direitos e deveres dos cidadãos nascidos na França Metrópole.

Em relação à língua, embora a constituição francesa preveja apenas uma língua nacional, o francês, a presença do crioulo martiniquense é ainda marcante. Segundo dados de 2014, o francês é falado plenamente por 81% da população segundo *La langue française dans le monde* (2004) de autoria da Organização Internacional da Francofonia. Vejamos o que Antoine (2014) tem a falar sobre a relação dos martiniquenses com sua língua.

En Martinique, français et créole cohabitent. Toutefois, la conversation s’engage plutôt en français. La langue créole est de mise, une fois la convivialité installée ou partagée. Depuis quelques années, elle investit la sphère publique et les lieux où elle était auparavant écartée ; elle est désormais enseignée. Pour la population, elle est l’expression de son identité, présente dans les rassemblements et manifestations diverses (ANTOINE, 2014, p. 13).<sup>5</sup>

Podemos observar por essa citação a intensa ligação que os martiniquenses mantêm com a sua língua como forma de expressão de sua identidade.

Através do relato de viagem *Notes sur la population de la Martinique (éléments ethniques et catégories sociales)*, publicado em 1912 por um funcionário francês, Dr. Fauquet, podemos analisar descritivamente as características principais do crioulo da Martinica, que em geral obedecem ao que foi descrito por Couto (2009) sobre as línguas crioulas. É interessante observar neste documento que o autor se refere ao crioulo da Martinica como *patois créole*. O autor ainda afirma que inicialmente o crioulo martiniquense se tratava de uma “simples deformação grosseira do francês” e que pouco a pouco se constituiu em uma língua autônoma com vocabulário e gramática definidos além de, não intencionalmente, proclamar o caráter diafásico do crioulo martiniquense por parte da população.

La langue française est comprise de la généralité des habitants de la Martinique, mais la langue populaire, employée même assez souvent par les blancs créoles dans leurs relations familiales, est le « patois créole (FAUQUET, 1912, p. 155).<sup>6</sup>

<sup>5</sup> Na Martinica, francês e crioulo coexistem. Porém, o início de uma conversação é realizado mais em francês. A língua crioula é utilizada uma vez que a convivência é instalada ou dividida. Há anos a língua crioula vem sendo investida na esfera pública e em outros lugares dos quais antes ela era afastada; hoje em dia, é ensinada. Para a população, a língua crioula é a expressão de sua identidade, presente em diversas reuniões e manifestações [Tradução nossa].

<sup>6</sup> A língua francesa é compreendida por quase toda a população da Martinica, mas a língua popular, usada até mesmo pelos martiniquenses brancos em suas relações familiares, é o *patois créole* (FAUQUET, 1912, p. 155, tradução nossa).

Observemos alguns dados obtidos por Barreteau e Heeroma (2003), respectivamente diretor de pesquisa no *Institut de Recherche pour le Développement* e estudante em linguística aplicada da Universidade de Groningue, na Holanda, que podem esclarecer se a empreitada de transformar o francês na língua única do Estado Moderno Francês foi bem-sucedida na Martinica, como foi na Alsácia. A pesquisa foi realizada junto a alunos do último ano do Fundamental II de seis estabelecimentos escolares na Martinica, em seis cidades diferentes.

Quadro 6 – Língua materna dos alunos  
- *La langue maternelle des élèves*

	<b>chiffres absolus</b>	<b>pourcentages</b>
français	208	97,2%
créole	5	2,3%
autré <sup>4</sup>	1	0,5%
Total	214	100%

Fonte: Barreteau e Heeroma (2003).

Quadro 7 – As línguas faladas pelos pais  
- *La langues parlées par les parents*

	<b>pères</b>		<b>mères</b>	
	<b>réponses</b>	<b>pourcentages</b>	<b>réponses</b>	<b>pourcentages</b>
français	21	98,6%	211	98,6%
créole	196	91,6%	190	88,8%
anglais	45	21,0%	38	17,8%
espagnol	13	6,1%	16	7,5%
Altermand	7	3,3%	0	0%
sans réponse	3	1,4%	2	0,9%
Total des langues	472	220,6%	455	212,7%

Fonte: Barreteau e Heeroma (2003).

Quadro 8 – Frequência de utilização do crioulo e do francês  
- *Quelle langue parles-tu le plus souvent: le français ou le créole?*

	<b>réponses</b>	<b>pourcentages</b>
français	134	67,7%
créole	46	23,2%
français et créole	18	9,1%

Fonte: Barreteau e Heeroma (2003).

Quadro 9 – A língua usada na “cidade”  
- *Quelles(s) langue(s) parles-tu en ville (magasin, marché ...)?*

	<b>réponses</b>	<b>pourcentages</b>
français	146	74,9%
créole	42	21,5%
français et créole	7	3,6%

Fonte: Barreteau e Heeroma (2003).

Quadro 10 – A língua usada entre amigos  
- *Quelles(s) langue(s) parles-tu avec des ami(e)s, en dehors de l'école ?*

	<b>réponses</b>	<b>pourcentages</b>
français	25	12,7%
créole	85	43,1%
français et créole	87	44,2%

Fonte: Barreteau e Heeroma (2003).

Os dados nos mostram que 97,6% dos alunos que responderam à enquete, consideram que sua língua materna é o francês, não o crioulo. De maneira geral, através dos quadros 8 e 9, é possível observar que os alunos praticam mais o francês. Porém, quando se trata da língua falada pelos pais, podemos observar que há uma alta presença de ambas (quadro 7). O único quadro cujos resultados destoam é o número 10. Nele, os alunos respondem à pergunta “Qual ou quais línguas você fala com os amigos, fora da escola?”. A resposta majoritária é “ambas”, crioulo e francês, mas a opção “crioulo” está quantitativamente próxima. Trabalhamos com a hipótese de que os alunos que preferem falar crioulo fora do ambiente escolar, assim o preferem por herança de outras gerações que passaram pelo sistema educacional francês, linguisticamente opressor que proibia e punia alunos que falassem *patois*. Apesar de essa realidade já ter mudado, os pais e avós da geração entrevistada passaram por esse sistema e provavelmente transmitiram a lembrança coletiva.

Através dos dados recolhidos, podemos concluir que ainda há um conhecimento acentuado de crioulo entre os jovens e a geração nascida nas décadas de 1970 e 1980, porém a geração mais jovem está cada vez mais escolhendo não falar a língua crioula, salvo quando em contexto informal, entre amigos, principalmente.

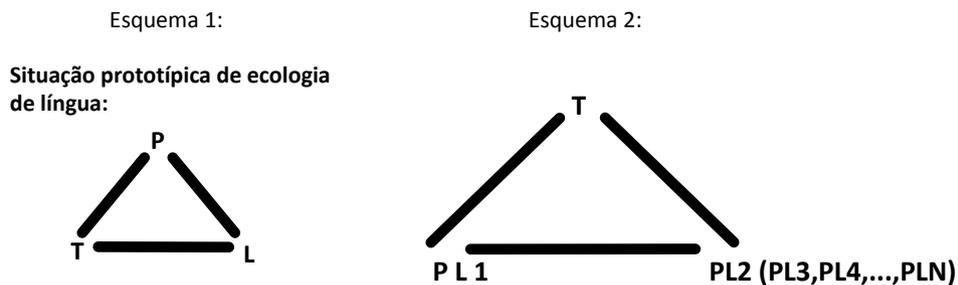
Comparando as duas situações linguísticas, observamos dois fenômenos díspares. As duas regiões, historicamente diferentes, se encontraram sob a autoridade do governo francês centralizado. Ambas apresentam, em certa proporção, perda de suas línguas regionais. A Alsácia passa abertamente por um processo de morte de língua, no qual cada vez menos crianças e jovens têm recebido o alsaciano (qualquer variedade que seja) de seus pais, enquanto o governo local busca alternativas para a sua sobrevivência. Por outro lado, na Martinica, as gerações mais atuais ainda têm amplo conhecimento da língua crioula, porém tem escolhido não a falar em âmbito mais monitorado. Não seria uma possível morte para uma língua: sabê-la, mas não a falar?

É possível afirmar que o crioulo da Martinica está em um processo gradual de perda de domínios de uso (lugares e situações) e de falantes. Esse processo é chamado de *atrição* e trata-se de um reflexo do conceito de glototanásia apresentado no tópico “ALSÁCIA”.

## METODOLOGIA: ECOLINGUÍSTICA

Ecolinguística é o termo geral usado para designar o estudo das relações entre língua e meio-ambiente, seja ele mental, social ou físico. A Ecolinguística se preocupa com uma visão da língua que siga os pressupostos da ecologia, entre eles a responsabilidade com a totalidade, as interações, a ideia de que a língua não é estática, a defesa da diversidade linguística e a preservação das línguas minoritárias ou ameaçadas. O objeto de estudo da Ecolinguística é o Ecossistema Fundamental da Língua constituído por um povo ou população P que convive em determinado território T e a língua L. Assim, como na Ecologia, o que nos interessa é a inter-relação que se dá entre os organismos (pessoas/locutores) e o meio-ambiente. O resultado de qualquer inter-relação origina um contato de língua, que também pode ser chamado de comunicação ou tentativa de comunicação entre falantes de línguas diferentes.

Vemos abaixo no esquema 1 o conceito de ecossistema fundamental de língua representado segundo Couto (2009). Temos P (povo), L (língua) e T (território). A língua é o modo de os membros da comunidade se comunicarem. Toda língua prototípica tem que se enquadrar no esquema 1. Todavia, situações prototípicas, que atendem a idealizações do ecossistema fundamental de língua são raras, o que prevalece é o multilinguismo. Assim, a situação descrita no esquema 1 é exceção. O que temos como regra geral, é o que observamos no esquema 2, no qual duas ou mais línguas convivem em um mesmo território.

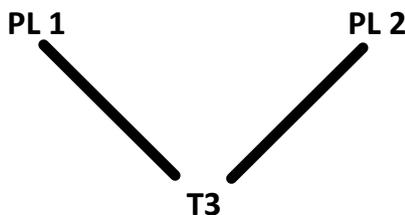


Fonte: elaborados pela autora.

A causa para esses sistemas de ecologias complexas são as migrações, e conseqüentemente contatos de povos, provocadas por seqüências de eventos históricos posteriores ao momento de formação de cada língua.

Falemos desses eventos e contatos que originaram o crioulo da Martinica e o alsaciano. Couto (2009) classifica o contato de línguas em quatro tipos diferentes, aquela que nos interessa neste trabalho é o tipo três e está representada abaixo pelo esquema 3:

Esquema 3: Contato insular



Fonte: elaborado pela autora.

Nessa situação temos um povo 1 com uma língua 1 (PL1) militarmente mais poderoso e um povo 2 com uma língua 2 (PL2) mais vulnerável se deslocando em direção a um território 3, que não é originalmente de nenhum dos dois. Frequentemente, esse novo território é uma ilha e segundo Couto (2009) é a situação ideal para surgimento de uma língua crioula, embora não seja obrigatoriamente um requisito para tal. Couto (2009) afirma que crioulos surgem do contato de povos de línguas mutuamente inteligíveis no período da colonização na África, Ásia e América. Já Calvet (2002) alega que os crioulos emergiram devido ao comércio triangular e do tráfico de escravos. Em geral, os autores concordam que as línguas crioulas apresentam uma gramática relativamente não marcada, ou seja, simplificada.

O esquema 3 representa facilmente a situação encontrada na formação da Martinica, de seu povo e de sua língua. Temos o P1 militarmente mais forte, os franceses em sua grande maioria, se deslocando em direção a Martinica (T3) para fins de exploração da terra e os povos africanos mais vulnerabilizados, sendo retirados de seu território de origem e levados para T3 para serem escravizados nas plantações.

Em relação ao alsaciano, temos dois povos os alamanos (*alamans*), uma confederação de tribos suébias vindas do leste da atual Alemanha, e os francos (*francs*) originalmente do norte desse mesmo território que durante séculos estiveram em muitos conflitos bélicos pela soberania do território. No século V, Clóvis I, rei franco, subjulgou a nobreza alamana e anexou a Alsácia. Assim,

o esquema 3 operaria adequadamente. Temos PL1 e PL2 se movendo para um T3, porém há certas ressalvas. Não se trata de uma ilha (não é essencial), não se trata de línguas mutuamente ininteligíveis, pois ambas têm origem em povos germânicos e não podemos afirmar que os francos exerciam mais poder militar sobre os alamanos ao ponto de desempenhar um papel de impositor linguístico. Como pudemos analisar no mapa 1, as diferenças entre os dialetos ainda é visível e não somos capazes de afirmar que a língua frâncica seja mais prestigiada que a língua alemânica ou vice-versa. Com relação a não marcação gramatical, podemos considerar o título das obras abaixo:



Em (1) temos, a obra *O pequeno príncipe*, clássico francês de Antoine Saint-Éxupéry, em alemão padrão. Em (2), em baixo-alemânico do Sul (ao sul no mapa 1) e em (3) em baixo-alemânico do Norte (ao norte no mapa 1). Podemos, enfim, observar menos morfologia por não ter marcação de neutralização no adjetivo *Klein* (2) e *Klaan* (3) como em *Kleine* (1).

Para sintetizar as ecologias das duas línguas, observemos o quadro abaixo:

Quadro 11 – Sintetização

Características	Crioulo da Martinica	Alsaciano
Época de formação	Século XVIII	Entre séc. III e V
Território de contato	Ilha no Caribe	Europa
Morfologia	Não marcada	Não marcada
Povos	Europeus e africanos	Europeus germânicos (alamanos e francos)
Línguas originais	Ininteligíveis	Presumivelmente compreensíveis
Situação atual	Processo de atrição. Função identitária. Adentra espaços oficiais aos poucos.	Agonizante. Tentativas de governos locais de evitar o desaparecimento.

Fonte: elaborado pela autora.

## CONCLUSÃO

Reiteramos que o gatilho para toda mudança linguística é o contato. Da mesma maneira, para haver evolução linguística é necessário ter o contato entre PL, sendo os dois inerentes. Não

só as línguas tradicionalmente consideradas resultantes de contato, como as línguas crioulas, são resultados de contatos. Línguas autóctones, ou línguas antigas, também são resultantes de contatos. Conceituar as ecologias de crioulos como diferentes das ecologias de línguas europeias é uma atitude política, não científica, segundo Mufwene (2001). Essa singularização se daria porque os falantes de crioulo, em sua maioria, são descendentes de escravos. Como se vê no quadro 11, as definições para o crioulo da Martinica são extralinguísticas: históricas, políticas e sociais. O único critério linguístico, a saber, é cumprido por ambas.

Também retomaremos aos dados apresentados nos quadros 1 a 10. Sabemos que em ambos os territórios está havendo um declínio do uso da língua dita como “regional” em favor da língua nacional, o francês. Esse declínio é devido principalmente, mas não somente, à política linguística nacional francesa que, em sua empreitada de transformar a língua francesa na característica unificadora do povo que iria compor o Estado-Nação pós revolução de 1789, comprometeu a diversidade linguística da França atual. Por outro lado, as populações de originais ainda se identificam com suas línguas regionais e os governos departamentais buscam alternativas *in vitro* para que suas línguas não desapareçam. Na Martinica, tem havido uma intensificação do processo de instrumentalização, com a criação de métodos, dicionários, gramáticas e produção literária em crioulo. Já na Alsácia, além de já existirem esses materiais, o governo local instituiu o ensino de alemão nas escolas primárias. O ensino de crioulo ainda não está presente nas escolas da Martinica, nem como língua materna (L1), nem como língua “estrangeira” (L2).

## REFERÊNCIAS

- ANTOINE, M. *Créole Martinique*. Paris: Assimil, 2014.
- BARRETEAU, D.; HEEROMA, D. J. H. *Des élèves de troisième s'expriment sur le français et le créole en Martinique*. Disponível em: <http://www.manioc.org/gsd/collect/research/index/assoc/HASH952f.dir/Francaiset.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2018.
- CALVET, L-J. *Les Politiques linguistiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.
- CALVET, L-J. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2003.
- CALVET, L-J. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.
- CHAUDENSON, R. *Créole et enseignement du français*. Paris: L'Harmattan. 1989.
- COUTO, H. H. do. *Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas*. São Paulo: Contexto, 2009.
- D'HAUTEVILLE, J. *Français Alsaciaen: fautes de prononciation et germanismes*. Ed. fac-símile. Estrasburgo: Derivaux, 1852. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50531n.image>. Acesso em: 23 jul. 2018.
- FAUQUET, G. Note sur la population de la Martinique: éléments ethniques et catégories sociales. Ed. fac-símile. In: *Bulletins et Mémoires de la Société d'anthropologie de Paris*, VI Série. Tome 3, fascicule 3-4. Paris: [s. n.], 1912. Disponível em: [www.persee.fr/doc/bmsap\\_0037-8984\\_1912\\_num\\_3\\_3\\_8517](http://www.persee.fr/doc/bmsap_0037-8984_1912_num_3_3_8517). Acesso em: 23 jul. 2018.
- FRANÇOIS 1er, (roi de France, 1494-1547). *Ordonnances royales sur le fait de la justice et abbréviation des procès par tout le royaume de France [...]*. Ed. fac-símile. Paris: [s. n.], 1539. [1500]. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8609556f/fl7.image#>. Acesso em: 23 jul. 2018.

FRENCH moments. 2018. Disponível em: <https://frenchmoments.eu/category/regions-of-france/alsace-champagne-ardenne-lorraine/>. Acesso em : 23 jul. 2018.

GRÉGOIRE, H. *Rapport sur la necessite et les moyens d'enéantir le patois, d'universaliser l'usage de la langue française*. Ed. fac-símile. Convention Nationale, Paris: Imprimerie Nationale, 1794. Disponível em: <https://ia801909.us.archive.org/3/items/rapportsurlanece00greg/rapportsurlanece00greg.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2018.

GRONDEUX, A.; DUPONT, F.; VALETTE-CAGNAC, E. *Façons de parler grec à Rome* (2005). In: *Histoire Épistémologie Langage*, tome 28, fascicule 2. Paris: [s. n.], 2006. tome. 28, fascicule. 2. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/hel\\_0750-8069\\_2006\\_num\\_28\\_2\\_2890\\_t12\\_0184\\_0000\\_2](https://www.persee.fr/doc/hel_0750-8069_2006_num_28_2_2890_t12_0184_0000_2). Acesso em: 23 jul. 2018.

GUISAN, P. G. F. Crioulização e mudança linguística: período de 1993 - 1998. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA E DE ESTUDOS ECONÔMICOS. 2018. Disponível em: [http://www.insee.fr/fr/insee\\_regions/alsace/rfc/chifcle\\_fiche.asp?tab\\_id=1622](http://www.insee.fr/fr/insee_regions/alsace/rfc/chifcle_fiche.asp?tab_id=1622). Acesso em: 23 jul. 2018.

LAROUSSE, F. Glottopolitique, idéologies linguistiques et état-nation au Maghreb [Présentation]. *GLOTTOPOL*, Revue de sociolinguistique en ligne, n. 1, janv. 2003. Rouen: Université de Rouen, Lab. CNRS Dyalang, dynamiques sociolangagières, 2003. p. 139-150. Disponível em: [http://glottopol.univ-rouen.fr/telecharger/numero\\_1/gpl1\\_11larou.pdf](http://glottopol.univ-rouen.fr/telecharger/numero_1/gpl1_11larou.pdf). Acesso em: 28 jul. 2018.

MINISTÈRE DES OUTRE-MER. 2018. Disponível em: <http://www.outre-mer.gouv.fr/>. Acesso em: 23 jul. 2018.

MUFWENE, S. S. *The Ecology of Language Evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

REY, A.; SIOUFFI, G.; DUVAL, F.; SIOUFFI, G. *Mille ans de langue française: histoire d'une passion*. Tome 1: Des origines au français moderne. Paris: Tempus Perrin, 2010. (Collection Tempus).